



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Universidade Federal de Alfenas. UNIFAL-MG
Rua Gabriel Monteiro da Silva, 700 . Alfenas/MG CEP 37130-000
Fone: (35) 3299-1000 . Fax: (35) 3299-1063



POLÍTICA DE PESQUISA

ALFENAS – MG

2019



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Universidade Federal de Alfenas. UNIFAL-MG
Rua Gabriel Monteiro da Silva, 700 . Alfenas/MG CEP 37130-000
Fone: (35) 3299-1000 . Fax: (35) 3299-1063



POLÍTICA DE PESQUISA

Minuta da Política de Pesquisa da Universidade Federal de Alfenas elaborada por Comissão composta por representante de todas as áreas de Pesquisadores da UNIFAL.

UNIFAL - MG

2019



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Universidade Federal de Alfenas. UNIFAL-MG
Rua Gabriel Monteiro da Silva, 700 . Alfenas/MG CEP 37130-000
Fone: (35) 3299-1000 . Fax: (35) 3299-1063



COMISSÃO ELABORADORA

Membros Titulares:

Luís Antonio Groppo – Presidente – coordenação de Pesquisa

Camila Mendonça de Moraes – Pós-Doutorado

Carolina Kosour – Saúde

Evandro Monteiro – Ciências Exatas

Fernanda Aparecida Ribeiro – Letras e Artes

Luiz Felipe Leomil Coelho – Coordenação de Pós-graduação

Paulo Romualdo Hernandez – Ciências Humanas

Rômulo Dias Novaes – Ciências Biológicas

Suplentes:

Celso Ferrarezi Júnior – Letras e Artes

Marcos José Marques – Ciências Biológicas

Marcos Vinícios Salles Dias – Saúde

Sílvio Antônio Bueno Salgado - Ciências Exatas

Thiago Fontelas Rosado Gambi – Ciências Humanas



Sumário

1. Introdução.....	6
2. Princípios	10
2.1. Liberdade de pesquisa e autonomia da ciência	10
2.2. Sustentabilidade, humanização e responsabilidade social da ciência e da pesquisa.....	11
2.3. Conscientização e valorização sobre a ética científica e as boas práticas na ciência	11
2.4. Indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão.....	12
2.5. Integração entre graduação, pós-graduação e pós-doutoramento na pesquisa 13	
2.6. Compromisso com a comunicação científica e a divulgação científica	14
2.7. Valorização da pesquisa docente e da formação e consolidação de grupos de pesquisa.....	15
2.8. Valorização da inter-multi-transdisciplinaridade na ciência.....	16
2.9. Gestão e distribuição transparente, justa e democrática dos recursos para a pesquisa.....	16
2.10. Compromisso institucional de construção de garantias de aplicação dos princípios desta política.....	17
3. Objetivos	19
3.1. Indução à pesquisa docente	19
3.2. Iniciação científica (IC) e Iniciação científica Júnior (IC-Jr.)	19
3.3. Pós-doutorado.....	19
3.4. Grupos de Pesquisa.....	20
3.5. Pesquisas interinstitucionais.....	20
3.6. Bolsas (IC, IC- Jr. e Pós-doutorado)	20
3.7. Financiamento institucional.....	21
3.8. Pesquisas autofinanciáveis.....	21
3.9. Políticas de gestão dos espaços e dos equipamentos de pesquisa	21
3.10. Relação com a pós-graduação	22
3.11. Relação com o Desenvolvimento Tecnológico (DT) e Inovação	22
3.12. Relação com Agências de Fomento e Fundações de Apoio.....	22



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Universidade Federal de Alfenas. UNIFAL-MG
Rua Gabriel Monteiro da Silva, 700 . Alfenas/MG CEP 37130-000
Fone: (35) 3299-1000 . Fax: (35) 3299-1063



3.13.	Relação com sociedade civil e o mundo econômico	23
3.14.	Internacionalização da pesquisa.....	23
3.15.	Eventos científicos e eventos de divulgação científica.....	23
3.16.	Boas práticas e prevenção ao assédio na ciência	24
3.17.	Ética e Integridade na pesquisa	24
	Referências	25

1. Introdução

Importante componente do legado que deu origem ao imaginário da universidade moderna e contemporânea, o modelo de universidade humboldtiana teve grande influência na constituição de diversos sistemas nacionais de educação superior, incluindo o brasileiro. No modelo humboldtiano, segundo a interpretação de Karl Jasper, a universidade tem como principal objetivo a pesquisa e tem como tarefa ensinar a “verdade” que é fruto de suas investigações (SANTOS, 2001). Ou seja, na constituição da universidade que se tem hoje e de seu ideário, a pesquisa científica teve papel de grande destaque.

Na proposição de uma política institucional de pesquisa para a Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG), sua Comissão de Elaboração poderia se deixar tentar por este ideal, que dota a pesquisa de centralidade quase absoluta na vida universitária. Entretanto, é preciso reavaliar o papel da pesquisa e das ciências em nosso próprio tempo e no contexto local onde se insere essa universidade, bem como considerar o que se deseja para elas – pesquisa e universidade – nos próximos anos. É preciso reconhecer também que a pesquisa acadêmica, no Brasil, nas últimas décadas, esteve atrelada em grande parte aos programas de pós-graduação – que a princípio, são atividades de ensino, criadas para a formação de pesquisadoras e pesquisadores.

Mas é possível se deixar levar pela provocante proposta de Boaventura de Sousa Santos (2001) acerca das “comunidades interpretativas”: a universidade deve ser lugar de encontro entre pessoas da academia e de fora dela, permitindo o debate entre conhecimentos científicos e saberes sociais, nas quais equipes se constituem em torno de problemas do conhecimento. Nesse sentido, dentro da universidade, a pesquisa teria um papel aglutinador de pessoas, recursos e conhecimentos, suscitando também o ensino e a extensão. Pessoas de diversas formações e interesses poderiam se reunir e construir comunidades interpretativas em torno de programas de pesquisa e questões científicas, fazendo, da universidade, lugar pulsante de conhecimentos e aprendizados.

A proposta de se criar esta política de pesquisa nasceu de um momento de debate coletivo, o Fórum das Coordenações dos Grupos de Pesquisa da UNIFAL-MG, em 2 de outubro de 2018. O Fórum foi convocado para debater uma proposta vinda do Prof. Dr. Carlos Tadeu Siepierski, coordenador do Comitê Interno de Programas de Iniciação Científica, Tecnológica e de Inovação (CIPICT) da UNIFAL-MG, para a indução de projetos de pesquisa por docentes da universidade. A proposta de indução não apenas foi bem vista, como suscitou a demanda pela elaboração de algo mais amplo, a saber, uma política de pesquisa da UNIFAL-MG – que é este documento agora apresentado, no qual a indução da pesquisa por docentes e o desenvolvimento desta importante ação dentro dos diversos *campi* da UNIFAL-MG é um dos seus diversos objetivos.

No início de 2019, a Câmara de Pesquisa (CAP) da UNIFAL-MG aprovou a proposta de constituição de uma Comissão de Elaboração da Política de Pesquisa. Os Grupos de Pesquisa indicaram nomes para essa comissão, que foi formada por uma representação de cada Grande Área do Conhecimento, além de uma representante do Programa de Pós-doutorado, a coordenação de pós-graduação e a coordenação de pesquisa.

A Comissão foi nomeada em maio de 2019 e se reuniu ao longo dos meses seguintes. Nas reuniões, foi planejada a dinâmica de trabalho, foram estudados modelos de política de pesquisa de outras universidades brasileiras, foi debatido sobre as perspectivas e os desafios do atual cenário da Educação Superior no Brasil e foi criado coletivamente esse texto. A Comissão teve a colaboração de outros docentes e pesquisadores da universidade: Prof. Dr. Marcelo Rodrigues Conceição, que tratou do contexto socioeconômico do Sul de Minas Gerais, onde fica a UNIFAL-MG; Ms. Thiago Bueno Pereira, cuja dissertação de mestrado tratou da história da pós-graduação e da pesquisa da UNIFAL-MG (PEREIRA, 2019); e Prof. Dr. Cláudio Carlan, que tratou da internacionalização da universidade.

Esta Política de pesquisa pretende sistematizar e alavancar a pesquisa na UNIFAL-MG, com a intenção de ser um instrumento a guiar diversas ações, como a revisão das regulamentações existentes, a elaboração de novas normas e programas de pesquisa, a proposição de estratégias de indução às

boas práticas na ciência e a construção de editais para bolsas e recursos de pesquisa.

A intenção da Comissão foi elaborar uma Política de Pesquisa que não fosse mera carta de vagas intenções, nem apenas documento que virasse objeto decorativo, mas antes, um conjunto sistemático, coeso e factível de objetivos, a partir de princípios coerentes, realistas e contemporâneos. Espera-se que sua própria criação suscite importantes debates na universidade, induza a pesquisa entre docentes e discentes, com a participação de técnicas e técnicos e a sociedade civil, e sirva como orientação e fonte para as próximas gestões da universidade. Para tanto, espera-se que a Política represente anseios gerais da comunidade universitária e da sociedade a qual ela serve e expresse caminhos para o desenvolvimento futuro da pesquisa na UNIFAL-MG.

É por isso que, na construção desta Política, foi estudado o contexto socioeconômico do Sul de Minas Gerais, para conhecer as características, os dilemas e as perspectivas da região onde as unidades da UNIFAL-MG (Alfenas, Poços de Caldas e Varginha) se localizam. O Sul de Minas, apesar de um marcante passado rural e agrário, atualmente tem mais desenvolvido o setor de serviços, o qual emprega maior número de pessoas. O IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) dos seus municípios, bem como os dados sobre saúde e educação, colocam a região em uma condição relativamente boa em comparação com a média do Brasil, mas também revelam alguns problemas, inclusive na saúde, apesar da presença de universidades que se destacam no campo da saúde.

O município de Alfenas tem se destacado, tanto pela UNIFAL-MG, quanto pela universidade privada: Universidade José do Rosário Vellano (UNIFENAS) por cursos de formação profissional no campo da Saúde. A UNIFAL-MG nasceu de uma faculdade privada de Odontologia e Farmácia, criada há mais de cem anos, que, já federalizada, criaria um curso de Enfermagem. Apenas em 2005 a antiga Escola de Farmácia e Odontologia de Alfenas (EFOA) se tornaria universidade, vivendo uma grande expansão de cursos e estudantes em poucos anos, além da criação de Unidades em Poços de Caldas e Varginha. Rapidamente, a universidade, que não desenvolvera a pós-graduação *stricto sensu*, caracterizando-se por muitos anos como uma

escola de formação profissional em nível superior, passa a ter diversos Programas de Pós-graduação e em distintas áreas do saber. A pesquisa, residual até o final do século XX, passa a ter grande importância e presença, tanto com a criação e a expansão da universidade, quanto com a multiplicação de programas de pós-graduação.

Rumo ao final da segunda década do século XXI, os desafios para a pesquisa na universidade pública se avultam, tornando a própria elaboração deste documento uma aposta mais imprecisa, mas mais necessária. Considerando, para além da conjuntura atual desfavorável, as tendências históricas de largo alcance, bem como ideais poderosos que têm orientado a ciência e a universidade contemporânea, a posição dessa Política é a de defesa do papel da ciência no desenvolvimento humano, social e econômico, bem como de defesa da valorização do papel das Instituições de Educação Superior (IES) públicas para a pesquisa e a ciência.

Nesse sentido, há uma pequena utopia orientando esse documento, a qual aponta para o reconhecimento desta universidade, apesar de sua localização relativamente periférica e de seu porte médio, mas talvez justamente por isso, como referência de IES pública que valoriza a pesquisa e faz dela um dos cerne da formação acadêmica de seu corpo discente, bem como ferramenta para servir, aprender e ensinar com a sociedade civil que a acolhe.

2. Princípios

Os princípios que orientam a pesquisa na UNIFAL-MG, os quais apontam quais são os objetivos da pesquisa nessa universidade, são:

2.1. Liberdade de pesquisa e autonomia da ciência

Para que as ciências efetivem a sua tarefa principal, que é a de construir conhecimentos relevantes sobre a realidade, é necessário que pesquisadoras e pesquisadores tenham a liberdade de propor os problemas de pesquisa, de elaborar hipóteses, construir instrumentos de investigação e divulgar seus resultados e conclusões. É preciso, principalmente, a liberdade para o pensamento crítico, em seu sentido mais amplo e profundo, qual seja, a possibilidade de colocar em causa as verdades estabelecidas, não apenas pela própria ciência, mas também por outros domínios do saber, como o religioso, o senso comum e o político (BOURDIEU; CHAMBOREDON; PASSERON, 2007). As ciências construíram sua liberdade por meio de um tenso processo de autonomização em relação ao Estado e às instituições religiosas. É claro que, diversas vezes, instituições estatais e até mesmo religiosas, ao longo da história contemporânea, têm colocado em causa essa autonomia do campo científico. Há ainda outro campo ao qual a ciência tem estabelecido tensas relações, o econômico: se as ciências têm sido fundamentais para o desenvolvimento social e econômico, por meio do esclarecimento e da inovação tecnológica, elas também têm corrido o risco da mera subserviência às grandes organizações econômicas, em vez de uma relação de colaboração mútua e responsável.

Diante destas tensões constantes, mas principalmente diante de um contexto atual preocupante, quando a ciência e suas conquistas têm sido contestadas em nome de dogmas externos à racionalidade científica, parece ser mais do que ornamental a reafirmação desse princípio da liberdade e autonomia da pesquisa científica. Sem ele, não há pensamento crítico, nem mesmo a capacidade da ciência se autorregular, ou seja, de advogar o direito de não deixar de avançar ainda que ameace dogmas e poderes constituídos, mas também de reconhecer o dever de recuar diante da iminência de ferir os direitos humanos e o bem-estar social.

2.2. Sustentabilidade, humanização e responsabilidade social da ciência e da pesquisa

Considerando que a ciência e a pesquisa científica são atividades humanas que buscam o conhecimento racional sobre a realidade, bem como sobre a própria condição humana (biológica, cultural, social, psicológica etc.), a liberdade e a autonomia da pesquisa científica não são absolutas. Elas têm como limites aqueles valores que são mesmo o objetivo da prática científica: a dignidade humana, por meio do respeito aos direitos fundamentais da pessoa; a sustentabilidade, por meio do qual a ciência deve orientar o desenvolvimento econômico de modo a não tornar o ambiente em que se vive, e em que as futuras gerações viverão, insustentável; a responsabilidade social, por meio do qual a ciência deve estar a serviço da promoção da paz, da redução das desigualdades e do combate aos preconceitos e discriminações.

Esta política de pesquisa traz orientações para que, tanto no campo das práticas científicas, quanto no campo do ensino (na formação de pesquisadoras e pesquisadores), haja o compromisso com os direitos humanos, a sustentabilidade ambiental e o bem-estar social. Mais do que limites à pesquisa científica, elas são o seu horizonte e sua verdadeira missão.

2.3. Conscientização e valorização sobre a ética científica e as boas práticas na ciência

Nos últimos anos, em especial nos países com maior desenvolvimento científico, têm crescido movimentos, campanhas e normatizações acerca das boas práticas na ciência. Publicações de divulgação acadêmica¹, assim como importantes pesquisas sobre o campo científico², têm trazido informações, debates e políticas referentes às boas práticas em ciência. Seja por meio de campanhas formativas e informativas, seja por meio de sanções e punições, busca-se, no meio científico, reduzir más práticas como plágio, autoplágio, dados falsos e a apropriação indébita de resultados, ideias e dados. Têm crescido mesmo a discussão sobre efeitos perversos do “produtivismo

¹ Um interessante exemplo é a seção “Boas práticas” da Revista Pesquisa FAPESP, da FAPESP (Fundação de Amparo à Pesquisa no Estado de São Paulo), disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br/>, acesso em 17 jul. 2019.

² Como NATIONAL ACADEMIES OF SCIENCES, ENGINEERING, AND MEDICINE (2018).

acadêmico”, não apenas para a saúde de pesquisadoras e pesquisadores, sob a pressão de mais e mais produtos acadêmicos, mas para a própria qualidade da ciência, por exemplo, diante do “fatiamento” dos resultados da pesquisa em vários artigos – com a possível perda de impacto e qualidade na sua comunicação.

Também têm crescido as campanhas contra o assédio moral e o assédio sexual nos ambientes de pesquisa. Dados em países desenvolvidos têm demonstrado uma alta incidência de assédio sexual nos meios da pesquisa científica, bem como uma recente tendência de denúncias e justas punições a assediadores.³ Quanto ao assédio moral, ele está presente principalmente em ambientes de alta competitividade e produção, que podem não respeitar os limites e as necessidades de pesquisadoras e pesquisadores em formação ou com funções subordinadas nos ambientes de pesquisa.

Esta política de pesquisa, no que se refere às boas práticas na ciência, ressalta as ações de caráter preventivo, conscientizador e formativo. Essas ações também devem evitar e coibir o assédio moral e o assédio sexual. Entretanto, no que se refere a denúncias de assédio sexual, bem como a más práticas na ciência e práticas de assédio moral que ferem a lei, esta política referenda a apuração dos fatos e os encaminhamentos necessários por autoridades competentes.

2.4. Indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão

Como visto na introdução, o ideal da universidade moderna era marcado pela centralidade da pesquisa e o dever de ensinar a “verdade” revelada. Entretanto, especialmente a partir dos anos 1960, passou a se tornar patente outra missão da universidade: a extensão. A extensão, entendida por alguns como serviços comunitários, por outros como a imbricação da instituição universitária com o mercado, se tornou parte do tripé da universidade. A própria Constituição Federal Brasileira de 1988, em seu artigo 207, reconheceu o tripé ensino-pesquisa-extensão e sua indissociabilidade (BRASIL, 2016).

³ Revista FAPESP e NATIONAL ACADEMIES OF SCIENCES, ENGINEERING, AND MEDICINE (2018).

Esta política, não apenas por respeito ao preceito constitucional, mas também por acreditar na grande importância do tripé, valoriza o desenvolvimento destas três dimensões fundamentais da universidade contemporânea e a sua intercomunicação dinâmica. Isso não significa que toda atividade universitária deve – ou mesmo pode – contemplar simultaneamente as três dimensões, mas, antes, que qualquer uma dessas dimensões pode condensar “comunidades interpretativas” e pode – e deve – fomentar práticas derivadas que contemplem as demais dimensões.

É importante que os grupos de pesquisa e as pesquisas de docentes sejam também práticas formativas, reconhecendo a importância da participação de discentes de diversos graus – pós-doutoramento, pós-graduação, graduação e até mesmo o Ensino Médio – não apenas para o bom andamento das investigações, mas também como oportunidade de aprendizado. Do mesmo modo, é possível que grupos de pesquisa, equipes de pesquisa, laboratórios e outros espaços de pesquisa, fomentem a extensão universitária de diversos modos, a qual pode ser, inclusive, importante forma de comunicação entre a universidade, a sociedade civil e o mundo econômico, na proposição de novos e mais urgentes problemas de pesquisa.

2.5. Integração entre graduação, pós-graduação e pós-doutoramento na pesquisa

Como dito acima, a pesquisa na universidade é um dos mais poderosos aglutinadores de pessoas, coletivos, instituições, recursos e interesses, os quais têm constituído “comunidades interpretativas” que podem funcionar como potentes motores de construção do conhecimento, afora atividades conexas de ensino e extensão. Equipes, grupos e programas de pesquisa podem e devem ser oportunidades para que sujeitos pesquisadores em formação inicial ou continuada – de graduação, pós-graduação e pós-doutoramento – participem de um coletivo organizado por sujeitos pesquisadores mais experientes, em torno de pesquisas reais e relevantes.

Esta política de pesquisa considera como positivo o aceno da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) de

que passará a considerar, na avaliação dos Programas de Pós-graduação, sobretudo, os dados referentes à formação dos sujeitos pesquisadores (em nível de mestrado e doutorado).⁴ Essa indicação anuncia, em nosso país, uma maior autonomização da pesquisa acadêmica em relação aos programas de pós-graduação, relaxando uma íntima relação construída desde as últimas décadas. Isso não significa que a pós-graduação, em especial a *stricto sensu*, não mais irá girar em torno da pesquisa, mas sim que a pesquisa acadêmica não deve mais submeter-se estritamente à lógica da avaliação da pós-graduação. Apresenta-se um cenário interessante, a qual reconhecerá melhor algo já vivido na UNIFAL-MG: as pesquisas têm congregado sujeitos em diversos graus de formação como pesquisadoras e pesquisadores, inclusive da pós-graduação, mas não apenas.

Ressaltamos nesta política o incentivo à formação dos Pesquisadores advindos da pós-graduação na continuidade do desenvolvimento da pesquisa a ser desenvolvida na UNIFAL-MG em níveis de mestrado e posteriormente doutorado, bem como em programas de intercâmbio que contribuam para o fortalecimento das estratégias de produção de conhecimento aqui estabelecidas.

Adicionalmente, a política se propõe a apoiar o papel do Pós-doutorando na figura de Pesquisador que poderá contribuir sobremaneira para o aumento da qualidade das pesquisas desenvolvidas na UNIFAL-MG, bem como no alicerce da comunicação científica, pleiteando periódicos de alta qualidade, enaltecendo assim o conhecimento produzido.

2.6. Compromisso com a comunicação científica e a divulgação científica

O cuidado com a comunicação dos resultados das pesquisas – a comunicação científica – deve ser prezado pelos sujeitos da pesquisa e a instituição. Deve-se valorizar a qualidade desta comunicação, evitar o fatiamento indevido dos resultados e buscar veículos de impacto, sejam periódicos, eventos e livros. Os grupos e as equipes de pesquisa devem zelar

⁴ Por exemplo, CAPES (2019).

também, como parte da própria formação de pesquisadoras e pesquisadores, pelo conhecimento apurado acerca desses veículos e a construção dos produtos da pesquisa que comunicarão seus resultados.

Com mais proximidade com a extensão, a divulgação científica é um importante serviço da instituição e dos sujeitos pesquisadores para com a sociedade civil e a própria comunidade local. Eventos de divulgação científica, como a Semana Nacional de Ciência & Tecnologia, assim como revistas de divulgação, têm sido importantes para despertar o interesse das juventudes em relação à ciência e à carreira científica, assim como para justificar, diante da opinião pública, o uso imprescindível de recursos públicos para o desenvolvimento científico e tecnológico. Ainda, os veículos de divulgação científica podem conter importantes informações sobre diferentes assuntos – saúde, bem-estar, economia, cultura, política, educação etc. – que contribuem com a reflexividade dos sujeitos em um tempo de grandes e rápidas transformações sociais, em que as tradições, os costumes e o senso comum não são suficientes para a integração dos indivíduos na sociedade (GIDDENS; BECK; LASH, 1997).

2.7. Valorização da pesquisa docente e da formação e consolidação de grupos de pesquisa

A UNIFAL-MG, em seu percurso que levou à sua consolidação como universidade, desenvolvendo não apenas o ensino de graduação, mas também o de pós-graduação, a pesquisa e a extensão, tem incentivado a adesão de seu corpo docente à pesquisa e à formação de grupos de pesquisa com trabalho coeso e sistematizado. Esta política pretende valorizar ainda mais esses aspectos, com estratégias de fomento à pesquisa docente e o trabalho em equipe, como bolsas de Iniciação Científica voltadas exclusivamente a projetos de pesquisa docente. Se o ensino aparece como atividade mais geral do corpo docente de qualquer universidade, é importante garantir que cada docente se envolva também com a extensão e a pesquisa, mesmo que com diferentes ênfases. Por exemplo, ainda que a e o docente traga a extensão

como atividade central de seu trabalho, é possível e necessário que construa práticas de pesquisa conexas, sistematizadas e devidamente registradas.

Os grupos de pesquisa têm sido importantes para a organização e a sistematização do trabalho docente relacionado à pesquisa. Mas os grupos devem ser ainda mais fortalecidos, com editais que distribuam recursos de pesquisa que valorizem grupos já bem estabelecidos tanto quanto estimulem grupos em formação a se solidificar. Os grupos de pesquisa têm a missão de sistematizar e orientar os interesses de pesquisa de docentes e a formação de sujeitos pesquisadores, permitindo o trabalho coletivo e a integração entre os diferentes esforços. Essa orientação é importante inclusive para nortear a proposição de equipes de pesquisa que podem envolver diferentes grupos de pesquisa e diferentes instituições.

2.8. Valorização da inter-multi-transdisciplinaridade na ciência

Especialmente nas últimas décadas, pesquisas que têm atuado na interseção de diferentes ciências, ou mesmo em campos distintos dentro da mesma ciência, têm aberto novas fronteiras para a construção do conhecimento e sua aplicação tecnológica e socioeconômica. Têm recordado que a realidade não é fatiada por diferentes campos científicos ou especialidades, mas é uma totalidade que é tradicionalmente repartida entre as ciências como estratégia de compreensão (MORIN, 2004). Diante do acúmulo de conhecimentos especializados, e até mesmo de sua relativa estagnação, o olhar inter-multi-transdisciplinar abre novos caminhos e possibilidades, pode trazer novas questões científicas e até mesmo resolver problemas outrora insolúveis e relevantes para a sociedade.

2.9. Gestão e distribuição transparente, justa e democrática dos recursos para a pesquisa

Ao mesmo tempo em que a UNIFAL-MG constituiu-se como universidade e se expandiu, ela foi uma das instituições acadêmicas beneficiadas pelo crescimento do financiamento público da pesquisa e da pós-graduação no Brasil, especialmente entre os anos de 2005 e 2015, tendo

sofrido alguns recuos desde então. A gestão da instituição, junto aos órgãos colegiados, se esforçou para distribuir de modo transparente e justo esses recursos, considerando também o mérito das propostas apresentadas por grupos de pesquisa e sujeitos pesquisadores. Como se tratou de um processo rápido de expansão e liberação de recursos, é importante agora avaliar se, apesar do esforço de transparência e justiça, foram produzidos alguns desequilíbrios. Também, é preciso considerar a necessidade de contemplar grupos de pesquisa e sujeitos pesquisadores que necessitam de apoio institucional e financeiro para se consolidar.

O esforço da gestão da pesquisa e dos órgãos colegiados, nos processos de construção de editais e de elaboração de critérios de avaliação - esforço que é ainda maior, mas mais necessário, em cenários no qual têm se reduzido os recursos para a pesquisa – deve ser o de aliar a garantia da qualidade com o empenho democrático para dar oportunidades para que todas as áreas do saber, pesquisas e grupos de pesquisa bem sistematizados possam se consolidar. Esses processos devem se fundamentar em metas de produção propostas e na verificação de sua concretização.

2.10. Compromisso institucional de construção de garantias de aplicação dos princípios desta política.

A UNIFAL-MG compromete-se, por meio de seus órgãos gestores e órgãos colegiados, a se empenhar na concretização dos objetivos aqui elencados, considerando que os princípios aqui expostos representam os anseios da instituição. Nesse sentido, a instituição se compromete a construir garantias para a aplicação dos princípios desta política, não medindo esforços para organizar os processos diversos previstos a seguir, em relação à regulamentação, normatização, constituição de comissões, atividades formativas, preventivas, de comunicação e divulgação científica, direcionamento e captação dos recursos e reavaliação periódica desta própria política.

Para tanto, deverá ser instalada uma Comissão Permanente de Acompanhamento e Avaliação das ações no cumprimento desta Política de Pesquisa.

3. Objetivos

3.1. Indução à pesquisa docente

Estimular as e os docentes da universidade a propor e registrar projetos de pesquisa ou projetos de inovação e Desenvolvimento Tecnológico, por meio dos quais serão atribuídas bolsas de Iniciação Científica e bolsas de Iniciação Tecnológica. Os projetos docentes também serão utilizados como uma das referências aos demais editais internos de estímulo à pesquisa.

3.2. Iniciação científica (IC) e Iniciação científica Júnior (IC-Jr.)

Estimular a participação de estudantes de graduação e Ensino Médio nos grupos de pesquisa e pesquisas de docentes, participação que deve ser formalizada como Iniciação Científica voluntária ou com bolsa. Esse estímulo deve reconhecer a importância da IC e IC-Júnior como atividades formativas de relevância, tanto para a escolha da carreira por discentes, como para o aprendizado de habilidades e conhecimentos básicos para a atuação na pesquisa científica. Também, reconhecer a importância da IC-Jr. como ferramenta para maior integração entre universidade e escolas públicas da Educação Básica. Enfim, reconhecer a possibilidade de estudantes de IC integrarem-se a coletivos de pesquisa e a pesquisas inter-multi-transdisciplinares, com docentes e discentes de áreas do conhecimento diversas.

3.3. Pós-doutorado

Aumentar o número de estágios de pós-doutorado, tanto por meio da prontidão da universidade para aderir a novos editais de bolsas, quanto para o estímulo e apoio a estágios voluntários. Nesse esforço, deve se buscar que os estágios contribuam com os grupos de pesquisa e com as pesquisas docentes, assim como desenvolvam com qualidade a formação continuada do sujeito pesquisador dos Programas de Pós-doutorado.

3.4. Grupos de Pesquisa

Construir condições para a consolidação dos grupos de pesquisa em estágios iniciais de consolidação, tanto quanto estimular o aprimoramento dos grupos já desenvolvidos. Para tanto, deve se estimular a que os grupos de pesquisa funcionem ou continuem a funcionar como *loci* efetivos de articulação de pesquisadoras e pesquisadores da universidade, por exemplo, por meio de reuniões frequentes, da produção de resultados relevantes de pesquisa e da proposição de eventos e outros instrumentos de divulgação científica.

3.5. Pesquisas interinstitucionais

Valorizar a proposição de pesquisas que envolvam diversas instituições de pesquisa, nacionais e internacionais, articulando grupos de pesquisa e sujeitos pesquisadores com temas e problemas de pesquisa afins. As pesquisas interinstitucionais devem multiplicar o alcance do trabalho investigativo e o impacto de seus resultados, aprimorar as relações interinstitucionais e o intercâmbio de sujeitos pesquisadores (docentes e discentes) e construir “comunidades interpretativas” de mais largo alcance, as quais devem fundamentar diversas ações, não apenas no campo da pesquisa, mas também da extensão e até do ensino (como programas de pós-graduação interinstitucionais).

3.6. Bolsas (IC, IC- Jr. e Pós-doutorado)

As bolsas de pesquisa na UNIFAL-MG, assim como nas demais IES no Brasil, têm relação de custo-benefício muito elevada, contribuindo com o desenvolvimento de inúmeras pesquisas de docentes, aprofundando os processos de ensino-aprendizagem de conteúdos acadêmicos e, em especial com a IC, colaborando com a permanência de estudantes na universidade. Diante disso, são objetivos desta Política em relação às bolsas de pesquisa:

- Reconhecer os diversos impactos positivos das bolsas de pesquisa nesta universidade;

- Garantir a manutenção dos programas atuais e buscar mais recursos e meios para ampliar o número de programas e bolsas existentes;
- Manter a qualidade e a lisura dos processos de avaliação das propostas;
- Aprimorar os mecanismos e instrumentos de acompanhamento e avaliação dos resultados das pesquisas amparadas por bolsas.

3.7. Financiamento institucional

Diante do cenário atual, em que tem havido redução do orçamento da universidade pública, incluindo aquele destinado à pesquisa, manter a atenção e a prontidão para uma alteração no quadro, bem como para novas oportunidades de financiamento. Aprimorar a lógica de concorrência nos editais internos, buscando equilibrar a garantia da qualidade com a abertura para o desenvolvimento de áreas de pesquisa e grupos de pesquisa em consolidação na UNIFAL-MG.

3.8. Pesquisas autofinanciáveis

Divulgar informações e orientações sobre as possibilidades de pesquisas autofinanciáveis, bem como colaborar técnica e juridicamente com a proposição destas pesquisas, que são um caminho relevante, principalmente em momentos de escassez de recursos públicos para a pesquisa, assim como em campos em que há maior simbiose entre universidade, sociedade civil e mundo econômico.

3.9. Políticas de gestão dos espaços e dos equipamentos de pesquisa

Aprimorar as políticas de gestão dos espaços de pesquisa – como laboratórios, biotérios, salas, auditórios, entre outros – e dos equipamentos de pesquisa, considerando seu estatuto de bens públicos sediados em uma

universidade pública e garantindo seu caráter multiusuário - respeitando especificidades, legislação e contratos vigentes.

3.10. Relação com a pós-graduação

Considerando a perspectiva de uma crescente autonomia entre pesquisa acadêmica e pós-graduação, em que a pesquisa deve ser concebida e organizada como espaço de atividades investigativas que reúnem sujeitos pesquisadores experientes, em formação continuada e em formação inicial, aprimorar e fomentar a atuação dos grupos de pesquisa e das pesquisas docentes como espaços legítimos de formação de pesquisadoras e pesquisadores – estudantes dos Programas de Pós-graduação *stricto sensu*. Em relação aos cursos de Pós-graduação *lato sensu*, fomentar e aprimorar contribuições dos grupos de pesquisa e pesquisas docentes para a formação de especialistas.

3.11. Relação com o Desenvolvimento Tecnológico (DT) e Inovação

Assim como a pesquisa acadêmica tem construído maior autonomia em relação à Pós-graduação, também as atividades de DT e Inovação precisam ser reconhecidas em suas especificidades, mas sem deixar de dialogar e inter-relacionar-se à pesquisa em sentido estrito. A construção de instâncias e políticas específicas de DT e Inovação na UNIFAL-MG tem se efetivado por meio de um profícuo diálogo com a pesquisa e a pós-graduação, o qual é importante manter. Dentro desse aprimoramento da autonomia do DT e Inovação, devem ser mantidas e construídas pontes que garantam a interlocução e atividades integradas com a pesquisa e a pós-graduação.

3.12. Relação com Agências de Fomento e Fundações de Apoio

Manter e aprimorar as relações com as agências de fomento e fundações de apoio, buscando criar novas parcerias, convênios e contratos,

além da atenção e prontidão para com editais e políticas das agências com quem a UNIFAL-MG tem mantido historicamente boas relações.

3.13. Relação com sociedade civil e o mundo econômico

Constituir novos espaços, instrumentos e mecanismos de diálogo e abertura às demandas da sociedade civil e do mundo econômico, buscando aprimorar o apoio técnico e jurídico a grupos de pesquisa e pesquisas docentes para a construção de parcerias e atividades que conjuguem pesquisa e extensão, prestação de serviços e financiamento de pesquisas.

3.14. Internacionalização da pesquisa

Aprimorar as práticas de internacionalização de pesquisa existentes e desenvolver novos mecanismos e práticas, tendo como base os grupos de pesquisa, as pesquisas docentes e os programas de pós-graduação *stricto sensu*, por meio de divulgação de informações, apoio técnico e jurídico, editais específicos e valorização da prática da internacionalização na carreira docente.

3.15. Eventos científicos e eventos de divulgação científica

Aprofundar a integração entre pesquisa e extensão nesta universidade, valorizando os eventos científicos e de divulgação científica como espaços de comunicação das pesquisas, de popularização da ciência e de legitimação do uso dos recursos públicos para o financiamento das pesquisas.

Constituir políticas de valorização dos eventos científicos e dos eventos de divulgação científica, considerando esses eventos como atividades integradas ao ensino, buscando constituir uma agenda de eventos mais bem integrada e que faça uso otimizado dos recursos institucionais para eventos.

3.16. Boas práticas e prevenção ao assédio na ciência

Promover a difusão de informações e esclarecimentos acerca das boas práticas na ciência, bem como de prevenção e contenção do assédio sexual e assédio moral nos ambientes de pesquisa e nas relações entre os sujeitos pesquisadores (em formação inicial, em formação continuada, experientes e outros).

Elaborar políticas e ações específicas que contemplem orientações específicas para as boas práticas na ciência e a prevenção ao assédio sexual e assédio moral na ciência.

3.17. Ética e Integridade na pesquisa

Promover, em parceria com os Comitês de Ética de Pesquisa da UNIFAL-MG, a difusão de informações e esclarecimentos em relação à ética e integridade na pesquisa científica, considerando os princípios, objetivos e missão da ciência, bem como os requisitos e procedimentos para a submissão de projetos de pesquisa aos Comitês de Ética.

Referências

BOURDIEU, Pierre; CHAMBOREDON, Jean-Claude; PASSERON, Jean-Claude. **Ofício de sociólogo**. Metodologia da pesquisa na sociologia. 6ª ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nos 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo no 186/2008. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016. Disponível em https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC9_1_2016.pdf em <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC9_1_2016.pdf>, acesso em 24 jul. 2019.

CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior). Aprimoramento dos instrumentos da avaliação, 2019. Disponível em <https://www.capes.gov.br/images/novo_portal/documentos/DAV/avaliacao/18072019_Infografico_Aprimoramento-dos-instrumentos-da-avaliacao.pdf>, acesso em 24 jul. 2019.

GIDDENS, Anthony; BECK, Ulrich; LASH, Scott. **Modernização reflexiva**: Política, tradição e estética na ordem social moderna. São Paulo: Editora da Unesp, 1997.

MORIN, Edgar. **A cabeça bem-feita**: repensar a reforma, reformar o pensamento. 9ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

NATIONAL ACADEMIES OF SCIENCES, ENGINEERING, AND MEDICINE. Sexual Harassment of Women: Climate, Culture, and Consequences in Academic Sciences, Engineering, and Medicine. Washington, DC: The National Academies Press. 2018. doi: <https://doi.org/10.17226/24994>. Disponível em: <<https://www.nap.edu/catalog/24994/sexual-harassment-of-women-climate-culture-and-consequences-in-academic>>. Acesso em 17 jul. 2019.

PEREIRA, Thiago Bueno. **A expansão da pós-graduação na Universidade Federal de Alfenas – UNIFAL-MG**. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal de Alfenas, Alfenas/MG, 166 f., 2019.

REVISTA PESQUISA FAPESP. Disponível em:
<<https://revistapesquisa.fapesp.br/>>.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Da idéia de universidade à universidade de idéias. In: _____. **Pela mão de Alice**: o social e o político na pósmodernidade. São Paulo: Cortez, 2001, p. 187-233.